



ATA Nº 01/2014

Aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2014, às 17h, na Câmara de Vereadores, em São Valentim do Sul/RS, realizou-se a assembleia geral ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a presidência do prefeito de Arroio do Meio, senhor Sidnei Eckert (PMDB). Estiveram presentes os prefeitos de Arroio do Meio, São Valentim do Sul, Cruzeiro do Sul, Encantado, Muçum, Dois Lajeados, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Vespasiano Corrêa, Boqueirão do Leão, Anta Gorda, Ilópolis, Travesseiro, Doutor Ricardo, Progresso e Roca Sales; o vice-prefeito em exercício de Marques de Souza e os vice-prefeitos de Lajeado, Coqueiro Baixo, Forquetinha e Westfália. O presidente abriu os trabalhos saudando os presentes e convidou, para formarem a mesa oficial, o prefeito anfitrião, Gilmar Nichele; o vice-presidente da AMVAT, prefeito Valnei Cover; o Coordenador da área de Segurança Pública, Mobilidade e Trânsito da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Edvilson Brum; o assessor jurídico Estéder Jacomini, e o comandante do Corpo de Bombeiros de Guaporé, 1º tenente Vladimir Lopes Alves. Após saudações iniciais foi colocada em votação a ata do mês de dezembro de 2013, aprovada por unanimidade. Ocorreu em seguida a participação dos representantes da Famurs, que falaram a respeito do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios – Lei nº 14.376/2013 – aprovado no final do ano passado. Conforme Edvilson Brum, uma das preocupações da Famurs em relação à norma é o fato de a lei ter que ser cumprida pelos municípios até dezembro deste ano, e ainda há muitas questões a serem definidas. Todos os projetos, segundo ele, deverão passar pelo Corpo de Bombeiros, e o temor é de que, em virtude de 400 municípios não terem unidade, haver muita demora na liberação dos alvarás. Outra preocupação, conforme Brum, é emenda que determina a contratação de seguro para qualquer evento que reunir mais de 800 pessoas e a necessidade de haver um brigadista – pessoa treinada para atender situações de emergência – quando reunir mais de 200 pessoas. Neste caso, conforme os assessores jurídicos da Famurs, se o município criar o cargo, deverá atender todas as disposições legais, como a realização de concurso público para o preenchimento da vaga. “Vamos ter que trabalhar muito, com as áreas técnicas das prefeituras, para os prefeitos não serem penalizados. São muitos compromissos,” alertou Brum. De acordo com os técnicos da Famurs, há dúvidas ainda em relação às micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais. O comandante do Corpo de Bombeiros de Guaporé enfatizou que a instituição está se preparando. Mas orientou os municípios a terem um pessoal preparado para atuar na área. Lembrou que os bombeiros, pela nova lei, têm o poder de interditar os estabelecimentos que não estiverem cumprindo as exigências, mas que os municípios, também de acordo com a norma, poderão embargar as obras quando for constatada irregularidade. “É importante a fiscalização dos municípios”, ressaltou, frisando que, se chegar ao ponto de uma interdição, o órgão não fornecerá mais o alvará. Outro aspecto ressaltado pelos palestrantes é a proibição de licença provisória ou precária, pelos municípios, sem a apresentação do alvará de prevenção e proteção contra incêndios. Houve, na continuidade, a divulgação do Prêmio Gestor Público, pelo auditor fiscal da Receita Estadual, Nilton Donato. As inscrições para o certame serão abertas no próximo dia 26 e se encerram em 13 de junho. Esta edição destaca o tema Soluções de mobilidade urbana



e rural – Caminhos para o desenvolvimento. Todos os municípios gaúchos podem participar com projetos em qualquer área de governo. Inscrições e mais informações em www.premiogestorpublico.org.br. Os três projetos com melhor avaliação na categoria Tecnologia da Informação receberão doações de Telecentros de Informática oferecidos pelo Serpro. Na espaço de assuntos gerais manifestaram-se os prefeitos de Cruzeiro do Sul, César Marmitt, sobre a situação do hospital local, que pleiteava na Secretaria Estadual da Saúde ser referência em dermatologia na região e convite para audiência pública sobre a situação; o prefeito de Progresso, Edegar Cerbaro, que disse que o hospital de seu município foi obrigado a assinar termo, a partir de normativa do Ministério da Saúde, e agora não pode mais realizar partos e cirurgias. Conforme Cerbaro, é uma situação preocupante, pois o hospital atende também pacientes de Barros Cassal e Gramado Xavier e tem um centro cirúrgico equipado. O presidente Sidnei Eckert informou que na assembleia de Estrela, marcada para o dia 23 de maio, serão palestrantes representantes da Funasa, que vão abordar as questões legais em relação às sociedades de abastecimento de água. No dia 25 de março, segundo ele, a STE vai entregar o projeto dos sete municípios, com vistas à duplicação da ERS-130, entre Venâncio Aires e Muçum. Houve, depois disto, a indicação do prefeito de Roca Sales, Nélio Vuaden, para representar a AMVAT no Conselho de Representantes do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari, e o prefeito de Anta Gorda, Neori Dalla Vechia, convidou a todos para a Festleite, que ocorre no seu município de 24 a 27 de abril. Por fim, houve a participação dos deputados estaduais Ronaldo Santini, presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área da Saúde do RS, e Edson Brum. Santini observou, em relação às colocações do prefeito de Progresso, que os hospitais não são obrigados a aderir ao novo sistema, conforme a normativa do Ministério da Saúde. Segundo ele, é mais vantajosa a adesão para os hospitais sob o ponto de vista financeiro, pois o Estado pagará mais pelo leito. “É uma sugestão. Os hospitais poderão aderir se quiserem”, enfatizou. Já Edson Brum manifestou-se acerca da nova lei de proteção e combate a incêndios. “Fizeram um Frankstein”, afirmou o parlamentar, ressaltado que agora, se ocorrer um sinistro, o engenheiro, funcionário da prefeitura e bombeiro serão os responsáveis. A lei, segundo ele, criou uma indústria do laudo e há muitas correções a fazer. A questão do seguro, ele classificou como “piada”, pois na sua opinião será bom apenas para as seguradoras. No entanto, conforme Brum, a Lei de Incêndios teria sido pior se a Famurs não estivesse lá, acompanhando o projeto na Assembleia Legislativa. Encerradas as manifestações o presidente encerrou os trabalhos e convidou a todos para a assembleia de 24 de abril, em Anta Gorda. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Sidnei Eckert,
Presidente da AMVAT**